

[globo.com](#)

- [notícias](#)
- [esportes](#)
- [entretenimento](#)
- [vídeos](#)
- e-mail
  - [Globomail Pro](#)
  - [Globomail Free](#)
  - [Criar um e-mail](#)
- [central globo.com](#)
- [assine já](#)
- [todos os sites](#)



[Natureza](#)

28/05/2012 18h19 - Atualizado em 28/05/2012 20h54

## Ambientalistas veem texto de Dilma para o Código Florestal como derrota

**'É a morte da legislação florestal brasileira', diz integrante de ONG. Permissão de reflorestamento com plantas 'exóticas' é ponto crítico.**

Do Globo Natureza, em São Paulo

[Recomendar](#) 122

[Tweetar](#) 40

1 comentário

O texto do novo Código Florestal, já com vetos e alterações feitos pela presidente Dilma Rousseff, é visto pelos ambientalistas como uma vitória dos ruralistas.

### saiba mais

- [MP que torna mais rígidas regras do Código Florestal é publicada](#)
- ['Diário Oficial' publica justificativas de Dilma aos vetos do Código Florestal](#)
- [Vetos ao Código Florestal tratam de 'questões menores', diz SRB](#)

“Fizeram um teatro na sexta-feira. Fizeram um discurso bonito e apresentaram um texto horroroso”, criticou Márcio Astrini, coordenador da campanha “Amazônia”, do Greenpeace, uma organização não governamental (ONG) voltada à defesa do meio ambiente.

“A gente esperava que o veto presidencial viria para equilibrar o texto, e ele acabou se tornando a pá de cal do Código Florestal”, lamentou Márcio Santilli, coordenador do programa de política e direito socioambiental de outra ONG, o Instituto Socioambiental (ISA). “É a morte da legislação florestal brasileira”, comparou.

### Plantas ‘exóticas’

O ponto mais criticado diz respeito aos incentivos ao reflorestamento nas Áreas de Proteção Permanente (APP's). Pelo texto, essas áreas poderão ser reflorestadas com quaisquer tipos de árvore, e não apenas com as espécies nativas de cada região.

Ninguém mais é obrigado a preservar as florestas"  
Márcio Santilli, ISA

“Isso é grave do ponto de vista ecológico”, afirmou Kenzo Jucá Ferreira, especialista em políticas públicas da ONG WWF/Brasil “APP é frágil, cumpre função ecológica e é preciso manter a mata nativa”, completou.

“Ninguém mais é obrigado a preservar as florestas. O que ele pode é ser obrigado a plantar de novo”, interpretou Márcio Santilli, do ISA.

Santilli apontou uma ameaça específica, o eucalipto, uma planta “exótica” – como são chamadas as plantas que não são nativas – bastante usada em reflorestamentos. “Se você tiver um eucalipto no meio da floresta, isso não é problema. O problema é tirar a floresta para plantar eucalipto”, explicou.

Segundo ele, o eucalipto consome mais água do que a média, e pode se tornar um problema ambiental se for plantado perto de nascentes, por exemplo. Além disso, a plantação de uma espécie única em substituição à mata original reduz a biodiversidade do ecossistema.

A gente não é contra os incentivos ao reflorestamento, eles só não podem ser feitos de qualquer forma e a qualquer custo"  
Márcio Astrini, Greenpeace

“A gente não é contra os incentivos ao reflorestamento, eles só não podem ser feitos de qualquer forma e a qualquer custo”, resumiu Márcio Astrini, do Greenpeace.

Outro problema do texto, na visão dos ambientalistas, é a adoção do módulo fiscal – uma medida de tamanho da propriedade rural que varia de acordo com o município – como critério para determinar a quantidade de floresta que precisa ser mantida. Teoricamente, as propriedades maiores ficariam obrigadas a preservar mais.

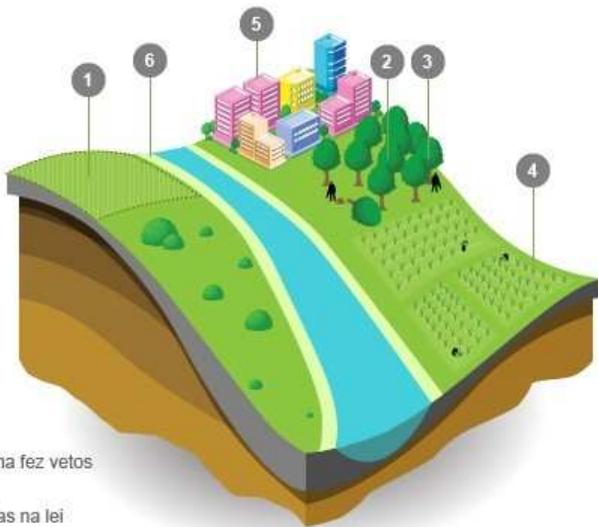
“O módulo fiscal não caracteriza o tipo de propriedade”, indicou Kenzo Jucá Ferreira, para quem o tipo de uso do solo é mais importante do que a área ocupada para determinar a proteção do local. Para ele, deveria haver diferenciação entre monoculturas e cultivos familiares.

Márcio Astrini, do Greenpeace, afirmou ainda que os grandes proprietários podem driblar a lei, possuindo diversas pequenas áreas para desmatar mais. “Quem vai se beneficiar disso é quem tem má fé”, previu.

## Código Florestal, antes e depois dos vetos de Dilma

### O que é o Código Florestal

Lei que regulamenta a exploração de terras e estabelece onde a vegetação nativa tem de ser mantida e onde pode haver diferentes tipos de produção rural. O atual código em vigor é de 1965, com modificações



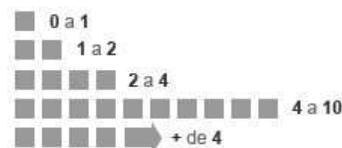
### Entenda o trâmite

- Congresso aprovou novo projeto; Dilma fez vetos
- Governo editou medida provisória
- Congresso votará alterações realizadas na lei

	O que é	Aprovado no Congresso	Como Dilma deixou	
1 <b>Reserva legal</b>	Parcela a ser preservada na propriedade: é de 80% na Amazônia, de 35% no Cerrado e de 20% nas demais áreas	O limite da Reserva Legal na Amazônia Legal poderia cair para até 50% em estados que tenham 65% de áreas protegidas e/ou terras indígenas em seu território	Não modificou	 <b>SANCIONADO</b>
2 <b>Multa aos desmatadores</b>	Suspende multas a quem desmatou sem autorização até 22/07/08, desde que haja reflorestamento	Os estados devem estabelecer as faixas de recomposição para os proprietários que degradaram Áreas de Preservação Permanentes (APPs)	Anistia impede reflorestamento. Sanção isenta multa para quem recuperar APPs. Na MP, há faixas diferentes de recomposição por propriedade	 <b>VETADO</b>
3 <b>Crédito ambiental</b>	Agricultor tem acesso a empréstimos desde que cumpra critérios ambientais	Item polêmico é dar créditos e incentivos a quem desmatou antes de 22/07/08	Proprietário rural tem 5 anos para recuperar área de proteção desmatada; senão, fica sem crédito	 <b>ALTERADO</b>
4 <b>Agricultura familiar</b>	Regulariza cultivos de pequenos proprietários em áreas de preservação permanentes (ex.: perto de rios)	Permite desmate de baixo impacto em APPs, desde que tenha aval de órgão competente e cadastro ambiental rural	Reflorestamento mínimo é de 10% ou 20%, dependendo do tamanho da propriedade	 <b>ALTERADO</b>
5 <b>Urbanização</b>	Regras sobre vegetação em áreas urbanas	Permite urbanizar áreas de restinga e mangue desde que a função ecológica das áreas naturais estejam comprometidas	Manguezais, apicuns, salgados e zonas úmidas devem ser preservados	 <b>VETADO</b>
6 <b>Recomposição de mata ciliar</b>	Recuperação de vegetação perto de rios, para preservar o curso d'água	Imóveis em áreas de preservação permanentes devem recompor a margem dos rios em 15 m	Projeto não considerava rios com largura maior a 10 m. Pela MP, <b>recomposição</b> pode chegar a 100 m para grandes imóveis	 <b>VETADO</b>

### Como vai funcionar a recomposição

TAMANHO DA PROPRIEDADE  
Em módulos fiscais



#### O que é módulo fiscal

É um parâmetro do tamanho de uma propriedade rural. Varia de acordo com os municípios. Em Vitória (ES), por exemplo, mede 5 hectares. Em Rio Branco (AC), mede 70 hectares

RECOMPOSIÇÃO DA MARGEM  
Em metros



Ou, no mínimo, equivalente a 10% da propriedade  
Ou, no mínimo, equivalente a 20% da propriedade  
Para rios de até 10 metros de largura  
Desde que não seja rio com largura menor que 10 metros em propriedades de 4 a 10 módulos fiscais

- [Posição frente à mudança climática depende de fatores culturais](#)